

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.800.000
Preferenciais	0
Total	22.357.800.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.642.200.000
Preferenciais	0
Total	1.642.200.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	823.168	808.010
1.01	Ativo Circulante	87.810	88.273
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.932	75.125
1.01.03	Contas a Receber	12.620	11.385
1.01.03.01	Clientes	12.620	11.385
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.717	1.162
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.541	601
1.01.08.03	Outros	1.541	601
1.02	Ativo Não Circulante	735.358	719.737
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.203	2.251
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.959	2.251
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.959	2.251
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	244	0
1.02.03	Imobilizado	1.904	1.641
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.904	1.641
1.02.04	Intangível	728.251	715.845
1.02.04.01	Intangíveis	728.251	715.845
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	528.200	532.050
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	199.394	183.200
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	657	595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	823.168	808.010
2.01	Passivo Circulante	566.559	548.792
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.651	2.125
2.01.01.01	Obrigações Sociais	335	391
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.316	1.734
2.01.02	Fornecedores	9.525	9.922
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.525	9.922
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.006	2.118
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.075	1.241
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.075	1.241
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	931	877
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	483.104	449.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	483.104	449.472
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	483.104	449.472
2.01.05	Outras Obrigações	404	411
2.01.05.02	Outros	404	411
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	384	391
2.01.05.02.05	Outros Passivos	20	20
2.01.06	Provisões	69.869	84.744
2.01.06.02	Outras Provisões	69.869	84.744
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	69.869	84.744
2.02	Passivo Não Circulante	43.919	40.609
2.02.02	Outras Obrigações	36.041	34.084
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.024	34.057
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	36.024	34.057
2.02.02.02	Outros	17	27
2.02.02.02.03	Outros Passivos	17	27
2.02.04	Provisões	7.878	6.525
2.02.04.02	Outras Provisões	7.878	6.525
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	158	42
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.494	3.769
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	4.226	2.714
2.03	Patrimônio Líquido	212.690	218.609
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.888	-4.969

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.401	85.418	40.007	73.537
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.057	-49.798	-20.033	-39.473
3.03	Resultado Bruto	18.344	35.620	19.974	34.064
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.516	-5.547	-5.422	-7.601
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.400	-5.431	-5.425	-7.605
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.190	-5.010	-5.232	-7.225
3.04.02.02	Honorários da Administração	-210	-421	-193	-380
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	3	4
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-116	-116	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.828	30.073	14.552	26.463
3.06	Resultado Financeiro	-19.353	-38.700	-15.277	-31.384
3.06.01	Receitas Financeiras	1.964	3.834	80	105
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.317	-42.534	-15.357	-31.489
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.525	-8.627	-725	-4.921
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.121	2.708	246	1.629
3.08.01	Corrente	1.121	2.708	246	1.629
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.404	-5.919	-479	-3.292
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.404	-5.919	-479	-3.292
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,10800	-0,26500	-0,02400	-0,16300

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.293	19.692
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.158	29.616
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-5.919	-3.292
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-2.708	-1.629
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	6.058	4.709
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações com o Poder Concedente	4.741	12.517
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	35.391	16.431
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	1.967	0
6.01.01.07	Provisão para Demandas Judiciais	116	42
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	1.512	838
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-23.865	-9.924
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.235	-2.450
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-799	-435
6.01.02.03	Outros Ativos	-940	78
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-397	-1.743
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-7	-13
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-112	-1.410
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-474	382
6.01.02.08	Provisão para Investimentos em Rodovias	-19.891	-3.919
6.01.02.09	Outros Passivos	-10	-414
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.727	-6.269
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-409	-255
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-18.318	-6.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.759	-15.918
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	484.200	102.733
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-485.959	-12.017
6.03.04	Pagamento de Credor pela Concessão - Ônus Fixo	0	-145.034
6.03.05	Integralização de Capital Social	0	38.400
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.193	-2.495
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.125	9.359
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.932	6.864

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-10.888	0	212.690

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	185.178	0	0	-3.911	0	181.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	185.178	0	0	-3.911	0	181.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.400	0	0	0	0	38.400
5.04.01	Aumentos de Capital	38.400	0	0	0	0	38.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.292	0	-3.292
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.292	0	-3.292
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-3.292	0	-3.292
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-7.203	0	216.375

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	91.729	79.529
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	73.064	69.380
7.01.02	Outras Receitas	18.665	10.149
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	18.459	9.764
7.01.02.02	Receitas Acessórias	206	385
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.391	-46.494
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.734	-34.637
7.02.04	Outros	-20.657	-11.857
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-18.459	-9.764
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-2.198	-2.093
7.03	Valor Adicionado Bruto	48.338	33.035
7.04	Retenções	-6.058	-4.709
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.058	-4.709
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.280	28.326
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.834	105
7.06.02	Receitas Financeiras	3.834	105
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	46.114	28.431
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	46.114	28.431
7.08.01	Pessoal	8.216	7.530
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.716	6.216
7.08.01.02	Benefícios	1.500	1.314
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.404	7.696
7.08.02.01	Federais	2.779	5.585
7.08.02.03	Municipais	3.625	2.111
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.413	16.497
7.08.03.01	Juros	37.358	16.431
7.08.03.02	Aluguéis	55	66
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.919	-3.292
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.919	-3.292



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Concessionária Rodovias do Tietê – 2011

As informações não financeiras incluídas no Relatório de Desempenho, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório de Desempenho e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao período encerrado em 30 de Junho de 2011, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

A Concessionária apresentou resultado operacional positivo com base em suas informações trimestrais de 30 de junho de 2011, demonstrando desempenho operacional no negócio.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, nos seis primeiros meses de 2011, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 73.064mil (R\$ 69.380 no mesmo período de 2010). Arrecadou, também, R\$ 206 mil (R\$ 385mil em 2010) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 6.311mil em 2011 e R\$ 5.992 no primeiro semestre de 2010.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2011, R\$ 18.459 mil de receita de construção contra R\$ 9.764mil no mesmo período de 2010 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetada para a primeira intervenção que ocorrerá até 2014, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Em R\$ Mil	30/06/2011	30/06/2010
Receita Bruta	91.729	79.529
Receitas de Pedágio	73.064	69.380
Receita de Construção	18.459	9.764
Outras Receitas	206	385
(-) Deduções de Receita	(6.311)	(5.992)
Receita Líquida	85.418	73.538
(-) Custos e Despesas Operacionais	(36.349)	(36.934)
(-) Custos de Construção	(18.459)	(9.764)
EBITDA	30.610	26.840
Margem EBTIDA	35,84%	36,50%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em Junho de 2011, presente nas Demonstrações Financeiras, refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre o empréstimo ponte quitado em dezembro e sobre as notas promissórias emitidas no mesmo mês, além dos encargos financeiros pela aquisição da concessão.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 340.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devido à ARTESP, podendo, adicionalmente, ser destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de 2010, e eram remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Nessa data, houve a emissão da segunda nota promissória com as mesmas características da primeira e vencimento em 21 de dezembro de 2011. A administração planeja emitir, até esta data de vencimento, debêntures não conversíveis em ações com prazo de resgate para longo prazo. Adicionalmente, a Companhia está em fase final de negociação para a obtenção de financiamentos do CAPEX com o BNDES. Caso necessário, a Companhia, com base em aprovação já concedida pelos credores, pode obter a prorrogação do vencimento das notas promissórias até a obtenção dos novos financiamentos.

Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstos no Contrato de Concessão.

Segue abaixo quadro com os principais montantes e características das atuais linhas de crédito utilizadas pela companhia.

<u>Instituição financeira</u>	<u>Modalidade</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco do Brasil S.A.	Nota promissória	139.589	129.744
BES Investimento do Brasil S.A.	Nota promissória	139.553	129.758
Banco ABC Brasil S.A.	Nota promissória	64.412	59.873
HSBC Bank Brasil S.A.	Nota promissória	96.618	90.182
Banco Caixa Geral S.A.	Nota promissória	42.932	39.915
		483.104	449.472



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Outros indicadores econômico-financeiros

Em R\$ Mil	30/06/2011	31/12/2010
Ativo Total	823.168	808.010
Passivo Total	610.478	589.401
Patrimônio Líquido	212.690	218.609
Lucro / Prejuízo do Exercício	(5.919)	(1.058)
Número de Ações	22.357.800.000	22.357.800.000
Lucro / Prejuízo por ação	(0,2650)	(0,0496)

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados no primeiro semestre de 2011 representam R\$ 19.077mil e foram destinados para a conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos com destaque para a instalação de fibra ótica em todo o trecho otimizando a transmissão de dados entre as cidades lindeiras às rodovias.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

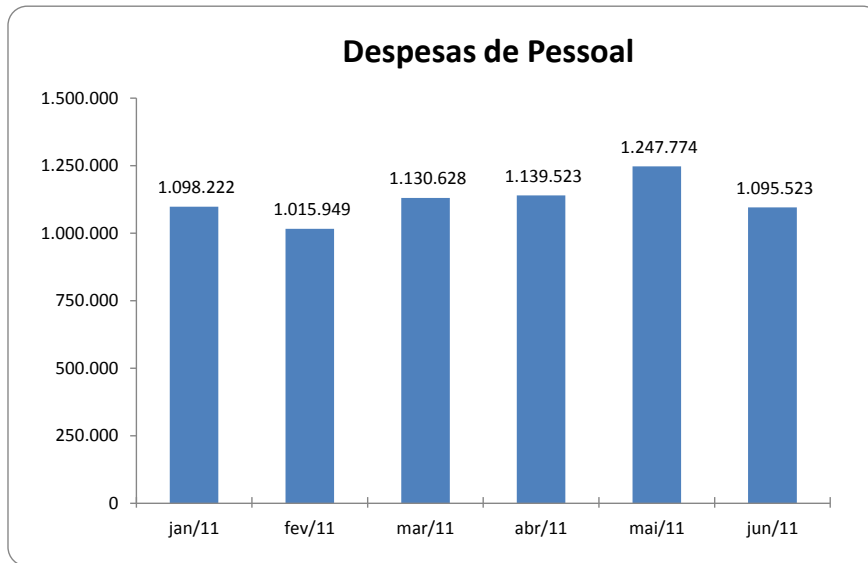
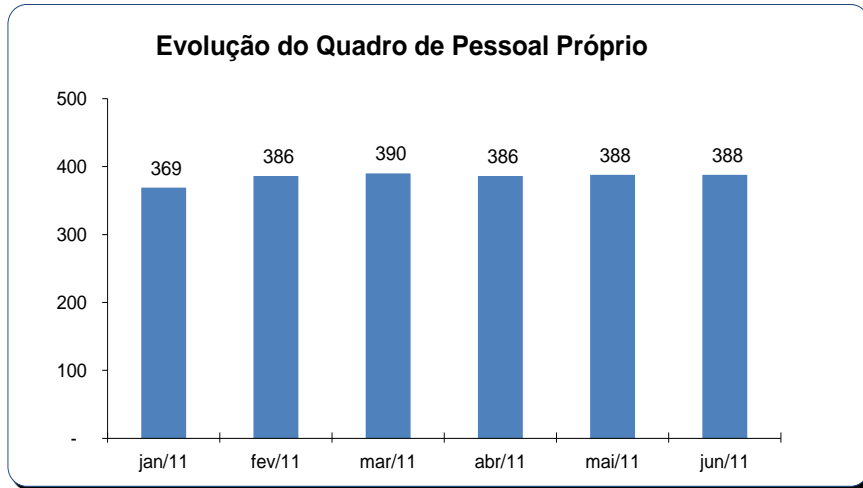
O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 300 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Abaixo seguem alguns dos principais indicadores da área em 2011.





Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Responsabilidade Social

Uma das diretrizes que norteia nosso trabalho é o comprometimento com a sociedade. Por isso, a Rodovias do Tietê, em parceria com órgãos públicos, realizou, durante 2011, inúmeros projetos e campanhas socioambientais visando contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região.

As principais campanhas foram:

- Café na Passarela;
- Álcool e direção, não!
- Pelo uso do cinto de segurança, inclusive no banco de trás!;
- Semana Nacional do Trânsito – um momento para se pensar o futuro

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Relacionamento com Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa..



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Considerações Finais

As demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Julio Moreira
Rafael Negrão Rossi
Sergio Santillan
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT” ou “Companhia”), com sede na Rua Rafael de Campos, 615, centro, cidade de Tietê, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, para pagamento à ARTESP, foi de R\$517 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPC-A, pagos 20% à vista e o restante em 18 parcelas mensais e consecutivas (de maio de 2009 a outubro de 2010). A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credor pela concessão”.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiaí, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Pavimentos (recuperações): plano de restauração do pavimento existente, compreendendo toda malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, abrangendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 e contornos, além dos respectivos acessos, totalizando cerca de 345 km de rodovias e contornos e 62 km de acessos;
- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Na data de assinatura do contrato, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia era de R\$793 milhões (R\$1.383 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle, melhorando as condições de tráfego e oferecendo maior conforto e segurança aos usuários. A arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, incidente sobre as tarifas de pedágio, também favorecerá o desenvolvimento de programas sociais pelo poder público e investimentos no setor de transporte, como a recuperação e manutenção de estradas municipais.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, como publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

A Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias. No entanto, no dia seguinte ao início da cobrança das tarifas dos pedágios, 18 de novembro de 2009, a Companhia foi surpreendida por uma liminar para suspensão da cobrança das tarifas, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar suspendeu a cobrança entre os dias 18 e 24 de novembro para a praça de pedágio situada no município de Conchas e entre os dias 20 e 24 de novembro para as demais praças. Essa liminar foi cassada e a administração irá pleitear o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Situação Financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$5.919 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$478.749. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto por notas promissórias com vencimento para 17 de dezembro de 2011, no montante de R\$483.104 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Situação Financeira--Continuação

A Companhia pretende captar recursos no valor principal total de até R\$ 350.000, através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, além de, aproximadamente, R\$ 355.000 a serem disponibilizados através de um financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na modalidade de operação mista, que compartilhará das mesmas garantias, a serem constituídas no âmbito da emissão de debêntures. Esses recursos serão utilizados para a liquidação das notas promissórias e para a realização dos investimentos necessários ao atendimento das obrigações (Capex) decorrentes da Concessão.

A obtenção desses recursos financeiros propiciará à Companhia mudar o perfil da dívida, eliminando os compromissos de curto prazo e reduzindo as despesas financeiras, em função dos encargos financeiros menores que deverão incidir sobre o principal dessas operações.

A Companhia pretende arquivar pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários, de forma a possibilitar a emissão de debêntures públicas. A emissão das debêntures públicas depende da aprovação da ARTESP, do registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e de negociações com bancos comerciais e o BNDES que estavam em andamento em 29 de agosto de 2011.

Os acionistas e certas partes intervenientes garantidoras comprometem-se, em um acordo de suporte financeiro celebrado entre as partes, durante o período entre a assinatura do acordo e a integral liquidação das notas promissórias, entre outros compromissos, a efetuar todos os aportes de recursos na Companhia e/ou reforço de garantias, solicitados pela administração da Companhia, no limite das respectivas participações acionárias na Companhia, para assegurar:

(i) a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010);

(ii) o resgate antecipado das notas promissórias que não forem objeto de liquidação com os recursos obtidos com os financiamentos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e mediante a emissão de debêntures pela Companhia;

(iii) que seja suprida toda e qualquer insuficiência de recursos que se façam necessários para suportar os investimentos e ou para regular a operação do Projeto, sendo que tais recursos poderão ser aportados sob a forma de mútuo e/ou empréstimo subordinado, em termos e condições de subordinação satisfatórios aos titulares das Notas Promissórias; e,

(iv) o pagamento das notas promissórias por ocasião de seu vencimento, antecipado ou não, incluindo principal, juros e demais encargos.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém, espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração tenha impacto significativo suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias.
- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis--Continuação

2.2 Práticas contábeis--Continuação

- IFRS 11 – Joint Ventures - O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia.
- IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias decorrentes da aplicação dessa norma.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias decorrentes da aplicação dessa norma.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 1º de julho de 2011, sendo as principais emendas: (i) IAS 19 – Benefícios aos empregados; (ii) IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas; (iii) IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas; (iv) IAS 28 – Investimentos em coligadas; (v) IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;

A Companhia avaliará os impactos na adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis--Continuação

2.2 Práticas contábeis--Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter algum impacto no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2011.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Disponibilidades	6.039	3.958
Aplicações financeiras	65.893	71.167
	<u>71.932</u>	<u>75.125</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.063	9.716
Cartões de pedágio a receber	370	769
Valores em trânsito	187	900
	<u>12.620</u>	<u>11.385</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.605	321
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	54	14
Provisão para participação nos lucros	-	293
Provisão para perdas sobre outros créditos	80	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	1.437	922
Provisão para investimentos em rodovias	24.944	30.094
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	(20.100)	(26.864)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.877	2.011
	<u>11.897</u>	<u>6.872</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(6.938)	(4.621)
	<u>(6.938)</u>	<u>(4.621)</u>
Líquido	<u>4.959</u>	<u>2.251</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credor por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Amparada no parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM 371, a Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no período	3.284	-	3.284
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	40	-	40
Provisão para participação nos lucros	(293)	-	(293)
Provisão para perdas sobre outros créditos	(1)	-	(1)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	515	-	515
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	987	-	987
Reversão do ajuste a valor presente	627	-	627
Pagamento da provisão pela realização de obras	(6.724)	-	(6.724)
Amortização do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(134)	-	(134)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.724	(2.317)	4.407
Saldo em 30 de junho de 2011	11.897	(6.938)	4.959

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.627)	(4.921)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	2.933	1.673
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(134)	-
Diferenças permanentes	(91)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	2.708	1.629
Alíquota efetiva	31%	33%

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos da administração	10	2.443	(539)	1.904	1.641
		2.443	(539)	1.904	1.641

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Equipamentos da administração	2.034	409	2.443
Total do custo	2.034	409	2.443
Depreciação	(393)	(146)	(539)
Líquido	1.641	263	1.904

A Companhia revisou, em 1º de janeiro de 2010, a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme ICPC 10, e não identificou necessidade de alteração na vida útil-econômica anteriormente considerada.

Notas Explicativas

8. Intangível

a) Composição

		30/06/2011		31/12/2010	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(14.044)	528.200	532.050
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	106.046	(2.747)	103.299	104.051
Serviços de construção	(iii)	91.059	(2.342)	88.717	71.717
Outros	(iv)	7.574	(196)	7.378	7.432
Direito de uso de software		834	(177)	657	595
		747.757	(19.506)	728.251	715.845

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC01, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir à medida que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011			
	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Direito de outorga da concessão	532.050	-	(3.850)	528.200
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	104.051	-	(752)	103.299
Serviços de construção	71.717	18.187	(1.187)	88.717
Outros	7.432	-	(54)	7.378
Direito de uso de software	595	131	(69)	657
	715.845	18.318	(5.912)	728.251

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

9. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	30/06/2011	31/12/2010
Banco do Brasil S.A.	Nota promissória	139.589	129.744
BES Investimento do Brasil S.A.	Nota promissória	139.553	129.758
Banco ABC Brasil S.A.	Nota promissória	64.412	59.873
HSBC Bank Brasil S.A.	Nota promissória	96.618	90.182
Banco Caixa Geral S.A.	Nota promissória	42.932	39.915
		483.104	449.472

Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, com vencimento para 21 de junho de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano.

Em 20 de junho de 2011, a Companhia realizou a segunda emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 17 de dezembro de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da primeira emissão.

Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

a) Benefícios a empregados e administradores

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Salários e encargos sociais	6.716	6.216
Benefícios previstos em lei	660	592
Benefícios adicionais	840	722
	<u>8.216</u>	<u>7.530</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. O Conselho de Administração define, ao final do exercício, o valor global a ser compartilhado com os empregados e administradores. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

O referido acordo teve validade de um ano a partir de 1º de janeiro de 2010, podendo ser renovado mediante concordância das partes. Em 30 de junho de 2011, não foi constituída provisão para participação nos resultados uma vez que o pagamento desse benefício para o ano de 2011 depende da definição, pelo Conselho de Administração, do montante a ser distribuído; da efetiva renovação do acordo entre empregados, empresa e sindicato; e, do efetivo atingimento das metas anuais pelos empregados e administradores.

b) Remuneração da administração

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e honorários da administração, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e participação nos resultados. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, esses benefícios totalizaram R\$421 (R\$380 no mesmo período de 2010) e estão registrados separadamente na rubrica Honorários da administração, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas--Continuação

c) Mútuos a pagar

	Mútuos a pagar		Despesa financeira
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011
Cibe Investimentos e Participações S.A.	18.012	17.028	983
Opway - Engenharia S.A.	14.410	13.623	787
Leão & Leão Ltda.	3.602	3.406	197
	36.024	34.057	1.967

Os contratos de mútuos foram celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide nota explicativa nº 1).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	30/06/2011	31/12/2010
Provisão para demandas judiciais	158	42
Provisão para investimentos em rodovias	73.363	88.513
Provisão para manutenção em rodovias	4.226	2.714
	77.747	91.269
Parcela classificada no passivo circulante	(69.869)	(84.744)
Não-circulante	7.878	6.525

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Adicionalmente, não foram computados na provisão para perdas registrada nas informações contábeis intermediárias o montante de R\$2.735 (R\$2.287 em 31 de dezembro de 2010) decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. Segue a movimentação no período:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011				Saldo final
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	91.510	2.901	-	(19.891)	74.520
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	1.840	-	(1.157)
	88.513	2.901	1.840	(19.891)	73.363

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2011	31/12/2010
2011	69.326	84.744
2012	1.065	995
2013	1.765	1.648
2014	44	41
2015	1.041	972
2016	122	113
	73.363	88.513

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	4.270	2.296	6.566
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.556)	(784)	(2.340)
Saldo	2.714	1.512	4.226

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos).

Notas Explicativas

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2011, o capital social está representado por 22.357.800.000 ações ordinárias (22.357.800.000 em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2010), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 30 de junho de 2011		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	49,99%	11.178.498.992	821.045.002	11.999.543.994
Opway - Engenharia S.A.	40,00%	8.943.139.034	656.860.962	9.599.999.996
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.758	164.215.240	2.399.999.998
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	0,01%	424.799	31.201	456.000
Outros	-	12	-	12
Total		22.357.847.595	1.642.152.405	24.000.000.000

O capital social será reajustado anualmente pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas, conforme comentado na nota explicativa nº 1, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010). Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 17 de março de 2010, os acionistas aprovaram, por meio de Assembléia Geral Extraordinária, o desmembramento de ações na proporção de 01 ação para 100 (cem) ações.

Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo Cibe (Heber Participações S.A. e Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio), promoveram uma reestruturação societária, pela qual a Heber Participações S.A. resultou como controladora última e exclusiva do Grupo Cibe. Como resultado dessa reestruturação societária, a Heber Participações S.A. adquiriu 99,99% da participação societária da Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio na Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A., a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A., alterações essas que já foram aprovadas pelo respectivo Poder Concedente, conforme publicado no Diário Oficial do dia 03/12/2010.

Notas Explicativas

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Por meio de reunião do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas, foram integralizados ao longo do período de seis meses findo em 30 de junho de 2010, os seguintes montantes: R\$11.500 e R\$26.900, em 17 de março de 2010 e em 19 de abril de 2010, respectivamente. Nessas datas, também foi autorizado o aumento do capital subscrito em R\$21.000 e R\$30.000, respectivamente.

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembléia geral, podendo, no entanto, a referida assembléia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

13. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio	73.064	69.380
Receita de serviços de construção	18.459	9.764
Receitas acessórias	206	385
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(6.311)	(5.992)
	<u>85.418</u>	<u>73.537</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (3,00%).

14. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Com pessoal	(6.617)	(5.603)
Serviços de terceiros	(7.904)	(8.339)
Depreciação e amortização	(5.912)	(4.586)
Ônus variável da concessão	(2.198)	(2.093)
Manutenção e conservação	(4.733)	(4.565)
Custo dos serviços de construção	(18.459)	(9.764)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.512)	(838)
Outros	(2.463)	(3.685)
	<u>(49.798)</u>	<u>(39.473)</u>

Notas Explicativas

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Com pessoal (Nota 10.a)	(8.216)	(7.530)
Serviços de terceiros	(10.341)	(12.808)
Depreciação e amortização	(6.058)	(4.709)
Ônus variável da concessão	(2.198)	(2.093)
Manutenção e conservação	(4.733)	(4.565)
Custo dos serviços de construção	(18.459)	(9.764)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.512)	(838)
Seguros e garantias	(1.525)	(3.203)
Outros	(1.766)	(1.188)
	<u>(54.808)</u>	<u>(46.698)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(49.798)	(39.473)
Despesas gerais e administrativas	(5.010)	(7.225)
	<u>(54.808)</u>	<u>(46.698)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(35.391)	(16.431)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.c)	(1.967)	-
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(4.741)	(12.517)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(93)	(1.704)
Outras despesas financeiras	(342)	(837)
	<u>(42.534)</u>	<u>(31.489)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.811	88
Outros	23	17
	<u>3.834</u>	<u>105</u>
Resultado financeiro	<u>(38.700)</u>	<u>(31.384)</u>

17. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de resultados por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	(5.919)	(3.292)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.800.000</u>	<u>20.255.002.307</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,265)	(0,163)

Notas Explicativas

17. Resultado por ação--Continuação

Conforme comentado na nota explicativa nº 12.a, em 17 de março de 2010 as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 01 ação para 100 ações. Conseqüentemente, para fins de comparabilidade, a média ponderada do número de ações do período de seis meses findo em 30 de junho de 2010 demonstrada acima consideram o efeito desse desmembramento.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas Explicativas

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Impacto no resultado do período (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		12,50%	15,63%	18,75%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	(36.702)	(43.510)	(50.223)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.904)	(6.087)	(7.271)

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado do período (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI		12,50%	9,38%	6,25%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	4.496	3.372	2.248

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros ou rendimentos a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui somente 3 clientes para vendas a prazo. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade do crédito dos clientes.

Notas Explicativas

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber--Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente para todos os clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	483.104	-	483.104
Fornecedores e prestadores de serviços	9.525	-	-	9.525
Credor pela concessão	384	-	-	384
Obrigações tributárias	2.006	-	-	2.006
Obrigações trabalhistas	1.651	-	-	1.651
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.c)	-	-	36.024	36.024
Outros passivos	-	20	17	37
Total	13.566	483.124	36.041	532.731

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

Notas Explicativas

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010), como mencionado na nota explicativa nº 1.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos	483.104	449.472
Mútuos a pagar a partes relacionadas	36.024	34.057
(-) Caixa e equivalente de caixa	(71.932)	(75.125)
Dívida líquida	447.196	408.404
Patrimônio líquido	212.690	218.609
Patrimônio líquido e dívida líquida	659.886	627.013

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	639.736
	Responsabilidade civil	22.148
	Riscos de engenharia	15.192
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	65.401
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	138.434

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Tietê - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Em 30 de junho de 2011, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no período de seis meses findo naquela data. Conforme comentado na Nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do Projeto e da conseqüente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não para as companhias de capital fechado, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de agosto de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Tietê, 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Tietê, 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro